

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/12/2021 a 31/12/2021

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/23

150.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-01/12/2021- 18:40
Publ.: DCD - 02/12/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 5.149, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à prorrogação da isenção do IPI incidente na aquisição de veículos utilizados no transporte autônomo de passageiros e por portadores de deficiência. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer a defesa deste projeto, cuja urgência votamos ontem.

Eu fui procurado por deficientes que já têm a isenção do IPI. Agora estamos acrescentando neste rol de beneficiados os deficientes auditivos. Essa foi uma conquista para essas pessoas, que têm realmente uma dificuldade a mais. Manter essa isenção é reconhecer essa dificuldade e possibilitar a essas pessoas melhores condições de adquirir um veículo, que muitas vezes será mais caro, porque é preciso fazer adaptação.

Há, portanto, uma série de justificativas para que haja, sim, a isenção do IPI.

Fui procurado também por taxistas. Há duas linhas de argumentos para mantermos a isenção do IPI, e eu gostaria de colocá-las.

O primeiro argumento é que agora existe a concorrência do Uber. Isso já vem de algum tempo e vai se manter.

Eu diria que, se os taxistas não tivessem esse direito, dificilmente teriam condições de adquirir um carro para prestar um serviço com a qualidade que o povo merece. Some-se a isso o preço da gasolina, que sobe a cada dia. É impressionante como sobe! O Governo Bolsonaro deveria ter vergonha de manter essa política de preço dolarizado. O



País é autossuficiente em produção de petróleo e tem que colocar o preço da gasolina em dólar, em moeda estrangeira, como se nós não tivéssemos condições de fazer o refino do óleo bruto e produzir gasolina. Isso é o que tem aumentado o preço. Em alguns lugares, o preço do litro da gasolina já passa de 7 reais.

Então, juntando a concorrência do Uber mais o preço da gasolina, se nós retirarmos a isenção do IPI dos taxistas, eles não terão condições de rodar, muito menos de comprar carros novos - eles têm que renovar a frota para continuar prestando um serviço de qualidade. Além de ser uma política justa para esse setor, digamos, uma conquista que já tiveram pelos motivos anteriores, agora isso se justifica ainda mais.

Eu venho aqui, com muita firmeza, fazer essa defesa. Também quero parabenizar os taxistas pela mobilização que têm feito. Vários taxistas e sindicatos vieram a Brasília. Em Minas Gerais, eles têm nos procurado nos aeroportos. Parabéns aos taxistas!

Por falar em aeroporto, quero lembrar que a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, não pode passar. Não podemos nos esquecer dela. Cuidado com essa PEC 32! Os servidores públicos estão mobilizados nos aeroportos.

Vamos derrotar a PEC 32 se vier à votação! Quem votar não volta, como têm dito os servidores.

Parabéns aos taxistas!

Um abraço, Presidente!

Documento 2/23

151.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	02/12/2021-09:56
Publ.: DCD 03/12/2021 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Contrariedade às propostas de criação de novo Ministério e de privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, defendidas pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Repúdio à gestão do Diretor-Geral do Arquivo Nacional. Caráter racista do Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Nascimento de Camargo. Repúdio às



gestões dos Ministros do Meio Ambiente e da Educação. Participação da oradora em diligência destinada ao acompanhamento das investigações de atos de violência policial praticados no território indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Transcurso do Dia Nacional do Samba.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos vivenciando, seguramente, o Governo mais cruel da história brasileira, desde a redemocratização, um Governo que joga o Brasil de novo em uma situação de fome.

Agora, o Ministro da Economia deste Governo, que lucra com a miséria do povo brasileiro - e tem razão o empresário, ao dizer que quem está lucrando neste Brasil de Bolsonaro é quem tem investimentos ou aplicações em dólar e, ao mesmo tempo, aqueles que estão aplicando fora do Brasil, ou seja, Paulo Guedes -, vem falar da criação de um novo Ministério para acelerar o processo de entrega do Brasil. E bate no peito estufado de fascismo, estufado de um caráter contrário à soberania nacional, estufado dos aplausos à própria ditadura: o Ministro da Economia, recentemente, fez uma ode ao período do Governo Militar. Não lembra das salas escuras de tortura, das marcas na pele e na alma deste País, deixadas por esta condição de termos tido uma ditadura militar neste Brasil.

Ali ele diz que é preciso privatizar a PETROBRAS, que é preciso ir vendendo e entregando o Brasil. É preciso criar um Ministério para entregar o próprio País. Vejam que nós estamos vivenciando a captura do Estado por um Governo que quer que o Estado lhe sirva. Este é o sentido da PEC 32: que o Estado fique à mercê da iniciativa privada e à mercê dos governantes.

O que está acontecendo no Arquivo Nacional é isso. Ali simplesmente se colocou um diretor que não está de acordo com o que prevê a própria legislação, um diretor que não tem qualquer tipo de experiência na área de arquivos, um diretor que carrega no seu currículo a condição de ter sido chefe de segurança do Banco do Brasil. Ele está ali para impedir que nós tenhamos vivos os aspectos que este Brasil vivenciou na sua dor, inclusive o período da Ditadura Militar, que eles querem ressignificar, para dizer que não houve neste País. Querem negar os fatos, porque há um negacionismo estrutural. Nega-se a própria realidade.

É preciso dizer que há legislação neste País.

A Fundação Palmares não pode ser ocupada pelo racismo. A Fundação Palmares não pode ser ocupada por alguém que diz que o movimento negro é de uma escória maldita. O Ministério do Meio Ambiente não pode ser ocupado por um criminoso ambiental, como o

foi. Não podemos ter no Ministério da Educação alguém que está destruindo o INEP e está fazendo com que tenhamos o ENEM menos democrático de toda a história do povo brasileiro. Não podemos ter no Arquivo Nacional alguém que queima os arquivos brasileiros para arrancar do povo brasileiro o seu direito à sua própria história, para que ela não se repita nos seus períodos traumáticos. Por isso, precisamos dizer que há um ataque violento à Constituição.

Nesse final de semana, estivemos em diligência no território indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. A Deputada Joenia, o Deputado Túlio Gadêlha, estivemos lá para ver que ali há fartura de alimentos, ali há preservação da própria cultura. Ali sentimos o que representa a Constituição, ao assegurar os direitos dos povos indígenas, mas ali fomos ver que o BOPE entrou e atirou em 12 pessoas, inclusive com balas letais, porque os povos que ali estão estavam protegendo o seu território do garimpo ilegal. Eles foram vítimas deste ataque de forças de segurança, que deveriam não ser estaduais, inclusive porque ali é um território da União. Ali se cometeu aquela violência, mas aquele povo indígena sabe exatamente o que representa a homologação daquele território, sabe exatamente o que representa essa tinta de jenipapo. Ela está nos corpos dos que lutam pelos direitos dos povos indígenas.

Hoje, no Dia Nacional do Samba, dizemos que o sol há de brilhar mais uma vez, o sol há de brilhar mais uma vez neste País. Os que estão no Palácio do Planalto e os áulicos deles desta Casa querem que o sol da democracia, o sol da República não atinja nem o Orçamento, porque há um orçamento secreto, e não atinja o conjunto do Brasil. Eles passarão, porque o sol há de brilhar mais uma vez.

Documento 3/23

Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2021-
151.2021 CD 12:24
Publ.: DCD - 03/12/2021 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Resultado das mobilizações contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa; contra a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS; e pela revogação da Portaria nº 983, de 2020, do Ministério da Educação, sobre a regulamentação das atividades docentes no âmbito da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.



O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Eduardo, que preside esta sessão, e a todos e todas que assistem pela TV Câmara à intervenções neste momento.

Quero dirigir esta mensagem principalmente aos grupos de mobilização que nós formamos nas redes contra as privatizações e contra reformas e vou tratar de cinco assuntos, objetivamente.

Primeiro: Correios. É excelente a notícia de que a mobilização está dando resultados e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal já deu o indicativo de que não colocará a matéria em votação neste ano.

Segundo assunto: reforma administrativa. Nós temos 21 dias pela frente para continuar e ampliar a nossa mobilização, porque, se essa matéria não for aprovada este ano, no plenário da Câmara, em ano eleitoral eles vão ter muito mais dificuldades para aprová-la. Estamos em contagem regressiva até o início do recesso.

Terceiro assunto: aprovamos ontem - e eu fui o Relator na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados - um projeto que revoga a Portaria nº 983, de 2020, do Governo Bolsonaro, que ataca os institutos federais fazendo o que seria uma troca de carga horária, mas que, na verdade, tem como objetivo ferir a pesquisa e a extensão, beneficiando o setor privado em detrimento do fortalecimento da educação pública. Foi uma vitória importante no dia de ontem! Faço a minha saudação a todos os professores, professoras e profissionais de educação que se mobilizaram e seguem se mobilizando em todo o Brasil. Agora a matéria vai para a CCJ.

Quarto assunto: privatização da ELETROBRAS. É um absurdo que estejam, num momento como este de uma crise hídrica, querendo entregar o controle do sistema elétrico brasileiro, o que acarretará um aumento ainda maior na conta de energia elétrica. Os trabalhadores seguem em resistência, fazendo com que todas as etapas possam ser adiadas e que o Governo não consiga aprovação no TCU este ano e que não consiga cumprir o calendário de maio do ano que vem que tentam impor. É luta que segue.

Quinto assunto: temos que reforçar a mobilização pela revogação dessa política de preço de paridade internacional que faz com que alguns tenham ampla lucratividade em detrimento, em prejuízo de milhões de brasileiras e brasileiros.



151.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/12/2021-
CD 12:36

Publ.: DCD - 03/12/2021 - SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Aprovação, pelo Plenário, de requerimento de criação de Comissão Externa destinada ao acompanhamento do processo de implementação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP. Apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, para transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Necessidade de apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, sobre a extinção do foro especial por prerrogativa de função, no caso de crimes comuns. Aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 5.149, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à prorrogação da isenção do IPI incidente na aquisição de automóveis utilizados no transporte autônomo de passageiros e por portadores de deficiência.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero dizer da satisfação de falar desta tribuna sob a sua Presidência.

O nosso companheiro Deputado Eduardo Bismarck é um jovem Deputado, mas com a experiência dos veteranos aqui desta Casa. Muito nos orgulha pertencer ao mesmo partido e à mesma bancada de S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Sr. Presidente, eu queria deixar claro o meu compromisso e a minha posição contrários à reforma administrativa. Precisamos reafirmar isso sempre para que esta Casa tenha noção de que essa matéria de fato não tem apoio pelos fundamentos da própria proposta, porque é prejudicial ao serviço público, prejudicial aos servidores públicos, prejudicial às políticas públicas.

Quero também ressaltar que ontem este Plenário aprovou um requerimento para a criação de uma Comissão Externa que



acompanhará a implementação do SUSP - Sistema Único de Segurança Pública, que é uma pauta de Estado, fruto de um projeto que começou a tramitar aqui no início dos anos 2000. Portanto, passou por debates nos Governos Lula e Dilma e, no Governo Temer, foi implementado e aprovado. A sua implementação está em curso.

Por se tratar, na minha avaliação, de um dos principais instrumentos para que de fato a segurança pública tenha uma coordenação e um diálogo sistêmicos que envolvam a União, os Estados, os Municípios e as forças de segurança pública desses entes federados, porque o nosso sistema de segurança pública é dividido entre União, Estados e Municípios, do qual fazem parte Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Civil Ostensiva e Polícia Judiciária, era necessário haver um instrumento, e esse instrumento é o SUSP, que foi aprovado. No entanto, na nossa convicção e na avaliação da Comissão de Segurança Pública, esse instrumento precisa ser implementado de fato. São várias as políticas que a lei trouxe mas carece de um reforço desta Casa para a sua implementação.

Nós estamos na Comissão Externa e pretendemos fazer um bom trabalho para colaborar com as políticas públicas de segurança pública do Brasil.

Quero registrar também, Sr. Presidente, com a sua anuência, pedindo-lhe mais 2 minutos, a nossa satisfação com a decisão do Presidente Lira e da Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, que resolve a questão da segunda instância. A impunidade no Brasil não pode continuar. Temos convicção de que uma das razões da impunidade é esse conflito entre cumprimento de pena e trânsito em julgado, que é um direito fundamental, mas cujo conceito não está definido em nenhuma lei, o que gera milhares de ações no Supremo por conta da legislação que não é precisa.

Eu tive o cuidado de estudar e analisar o relatório do Deputado Fábio Trad. Na minha avaliação, é um relatório inteligente, porque preserva o duplo grau de jurisdição para o julgamento, preserva o Supremo para análise com efetiva preservação da Constituição e dá celeridade, sem retirar o direito do julgamento duplo, do julgamento recursal.

Portanto, ao reescrever a competência do STF, a competência do STJ, a competência do TSE, para limitar e reconhecer que o julgado em duplo grau de jurisdição é suficiente para a formação de convicção de culpa ou de inocência, é um passo importante.

E o passo que se deve seguir a esse é o da PEC do foro privilegiado. Essa é outra medida necessária e urgente. Ela é conflituosa, mas é necessária. Nós não podemos continuar perseguindo uma política de



segurança pública, uma política de impunidade e mantendo o foro privilegiado, o foro especial para várias categorias, como há hoje. São mais de 50 mil agentes públicos com direito a foro privilegiado.

Entendemos que, de fato, o Supremo tem que voltar à sua função precípua de guardião da Constituição, mas não deve se ater e não deve ser instância para julgar de forma privilegiada esse segmento.

No mais, quero aqui registrar mais uma vez a minha satisfação de ter participado ontem da votação da lei que prorrogou o IPI para os taxistas e para os portadores de deficiência. Foi um momento importante de articulação desta Casa.

Parabéns aos taxistas, parabéns aos portadores de deficiência, que articularam corretamente para podermos aprovar a matéria.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 5/23

156.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/12/2021-23:24
Publ.: DCD 09/12/2021 -	- CELSO MALDANER-MDB -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Indignação com a impunidade reinante no País. Apoio à inclusão do alto escalão do funcionalismo na proposta de reforma administrativa. Defesa de extinção do foro privilegiado. Imediata aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, para transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Importância do resgate de princípios da democracia e da Justiça, e do combate à corrupção na política.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCaminhado PELO SR. DEPUTADO CELSO MALDANER.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui nesta tribuna, mais uma vez, manifestar a minha indignação com tantos casos de impunidade neste País. Já frisei várias vezes que fui um dos primeiros a assinar a inadiável emenda do colega Deputado Kim Kataguiri para adicionar o alto escalão na reforma administrativa. Precisamos cortar seus privilégios e, assim, reduzir os custos da máquina pública.

Defendo o fim do foro privilegiado - e tenho, inclusive, uma PEC com esse fim protocolada nesta Casa - e a prisão em segunda instância, que deve ser apreciada hoje na Comissão Especial da PEC 199/2019, com a relatoria do Deputado Fábio Trad. Senhoras e senhores, esses são projetos que visam combater a corrupção e buscam a igualdade de direitos e deveres para todos os cidadãos, sem distinções para o andar de cima!

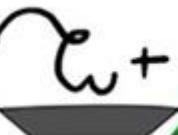
O que todos desejamos e o povo brasileiro clama é por um País transparente e justo. Somente se agirmos dessa forma, a classe política poderá recuperar seu prestígio.

Trabalhar pelo fim da impunidade, pela aprovação da prisão em segunda instância e pelo fim do foro privilegiado é resgatar os principais princípios da democracia e da justiça. Nossa missão é combater a corrupção que assola a política brasileira. Como disse o nosso ilustre Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães: "*A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune tomba nas mãos de demagogos, que, a pretexto de salvá-la, a tiranizam. Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública*". Vamos nos inspirar nesse pensamento do Ulysses e ouvir a voz das ruas, a voz do povo, para de uma vez por todas aprovar a prisão em segunda instância! Será um importante instrumento contra a impunidade e a corrupção.

No ano que vem teremos eleições, e sabemos que, infelizmente, os trabalhos legislativos se atrasam, fato que aumenta a urgência e a importância de aprovarmos a PEC 199 ainda nesta semana. É chegada a hora, nobres colegas, de retribuirmos a confiança do nosso eleitorado e avançarmos nessa agenda tão importante e urgente.

Conto com o apoio de todos!

Muito obrigado.



160.2021

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 13/12/2021-18:40

Publ.: DCD
14/12/2021 -

- ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

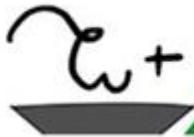
Solidariedade às populações atingidas por enchentes nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais. Necessidade de adoção, por parte do Governo Federal e do Governo Estadual, de ações efetivas em prol das municipalidades da região. Regozijo com a não votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, eu também quero prestar minha solidariedade às famílias que estão sendo vitimadas pelas enchentes no nosso querido Vale do Mucuri e no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. As chuvas fortes e as condições de deterioração do meio ambiente têm causado, por vezes, dramas muito profundos na nossa sociedade. E, agora, nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, o povo mineiro está sentindo isso.

Nós fazemos aqui a solicitação de que tanto o Governo do Estado quanto o Governo Federal façam anúncios efetivos de socorro a essas famílias, às Prefeituras, às Câmaras de Vereadores. O Governador Zema esteve no Vale do Mucuri, visitou Águas Formosas, mas, infelizmente, saiu de lá sem nenhum anúncio concreto. Não adianta o Governador pegar um helicóptero, descer na região, cumprimentar a população, dar tchauzinho para os Vereadores, mas nada anunciar. Eu faço um apelo aqui para que o Governo do Estado, para além do decreto de calamidade pública, anuncie de forma concreta o que será feito em favor das populações que sofrem hoje com essas enchentes, notadamente nessas duas regiões de Minas Gerais.

Então, registro aqui minha profunda solidariedade e este apelo veemente para que essas famílias tenham um socorro real do Estado de Minas Gerais e também do Governo Federal, que até agora absolutamente nada fez. Aliás, anunciou para o sul da Bahia uma verdadeira miséria, que não se compara nem ao que ele gasta com os cartões corporativos em leite condensado, em compras para as Forças Armadas brasileiras. A ajuda realmente fica muito aquém daquilo de que necessita a população em um momento como este. Fica aqui o nosso apelo.

Sr. Presidente, eu quero anunciar aqui uma segunda questão



importante, que é a vitória dos servidores públicos nesta semana em Brasília. Eles vão comemorar que o Governo não conseguiu nos impor a PEC 32, da "reforma administrativa". Lembrem-se de que Paulo Guedes veio aqui com aquela sua empáfia. O Presidente enviou para cá uma emenda constitucional e disse que faria a reforma administrativa, desmontando o Estado brasileiro, e que, a partir daí, a educação e a saúde iriam para a mão da iniciativa privada, e a prestação de serviço não seria mais pública. Anunciaram, festejaram, disseram que fariam, disseram que tinham granada para colocar no bolso do servidor público, mas, felizmente, os servidores reagiram. E, na quarta-feira, nós faremos um grande ato, comemorando que a PEC 32 não foi aprovada.

Muito obrigado.

Documento 7/23

161.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2021-09:56
Publ.: DCD 15/12/2021 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ABERTURA	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Agravamento da fome no Brasil. Natureza falaciosa da declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a retomada do crescimento econômico brasileiro. Regozijo com a não votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2021, sobre a reforma administrativa, e com a não privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de reversão do processo de privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 59, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, acerca da instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018; e do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, relativo às diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022, especialmente quanto ao dispositivo sobre o reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 42, de 2021, sobre a alocação de recursos orçamentários para o pagamento do auxílio-gás.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Estamos chegando ao final do ano com um quadro de muito sofrimento para o povo brasileiro, muito sofrimento. A fome voltou a se instalar no Brasil, a fome que tinha sido eliminada do Brasil pelo Governo Lula, que foi desnaturalizada. Foi dito que não era natural nem a desigualdade nem a própria fome.

O Brasil já vivenciou a condição de estar livre da fome, como também já vivenciou a possibilidade de os filhos dos trabalhadores cursarem um nível superior, ou seja, estarem nas universidades, no Brasil da democracia, no Brasil que rompeu com todas as lógicas de desigualdade, que tinha um projeto nacional de desenvolvimento - o que não temos hoje.

O Ministro da Economia continua insistindo que a economia cresce em V. Cresce em V da vergonha talvez, V da condição virtual, porque a economia apresenta um desemprego resiliente e, ao mesmo tempo, uma inflação que chega a dois dígitos e a taxa de juros que deve chegar aos dois dígitos. Esse é o crescimento em V? É o crescimento em V num País em que esse Ministro da Economia busca, de forma desesperada, entregar o Estado à iniciativa privada ou aos próprios governantes?

Mas colhemos vitórias, porque não se conseguiu aprovar aqui a destruição do Estado com a PEC 32. E vamos fechar o ano com os Correios públicos e vamos reverter a autorização que aqui foi dada para que houvesse a privatização da ELETROBRAS.

Mas venho aqui para dizer que esse é um Governo extremamente misógino. Não há outra explicação por ter vetado a dignidade menstrual, vetar um projeto que custa um pouco mais de 84 milhões. Esse Governo, em 9 meses, gastou mais de 200 milhões em cartão corporativo, e essas despesas estão sob sigilo. É preciso derrubar o veto e assegurar a dignidade menstrual, que faz com que em cada quatro meninas e jovens, uma tenha já faltado as aulas em função da ausência de dignidade menstrual.

Mas não é só isso. Nós precisamos derrubar o veto da agricultura familiar, que é quem coloca comida na mesa do povo brasileiro, quem emprega no campo. E aí se vetou toda a construção de uma proposta de dar dignidade ou de fazer com que o Estado reconheça a função dos produtores familiares.

Mas também não é só isso. É preciso derrubar a ação desta Casa de quebrar patentes, que significa dar à população acesso aos medicamentos.

São os desafios que estão postos. Esta Casa tem que se posicionar



para fazer valer o seu próprio voto, para fazer valer o seu próprio trabalho, derrubando esses vetos dentre outros. O veto inclusive dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias que está posto. São os desafios. Além disso, é preciso aprovar o PLN do vale-gás.

Documento 8/23

161.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2021-10:32
Publ.: DCD 15/12/2021 -	PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convite aos Deputados para participação em evento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da reforma administrativa.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente Deputado Charles Fernandes. Bom dia a todos os nobres colegas.

Nós tivemos um grande desafio, que nos foi imposto desde 2019: impedir que o texto da PEC 32, da reforma administrativa, avançasse no Congresso Nacional. Foi um texto muito ruim, que não entregava o que prometia. Ele não tratava da qualidade do serviço público prestado à população brasileira e da imensa desigualdade entre os servidores brasileiros em âmbito federal, estadual e municipal. O texto não aumentava a transparência do processo de tomada de decisões do poder público brasileiro e não democratizava as decisões.

Foi por isso que a Frente Parlamentar Servir Brasil, juntamente com a Oposição e com a Frente Parlamentar do Serviço Público, presidida pela Deputada Alice Portugal, decidiram uma estratégia para enfrentar a PEC 32. Primeiro, atrasamos o andamento do texto, porque sabíamos que, se a sociedade tivesse tempo de observá-lo com clareza, não o aceitaria. O Governo queria aprová-lo de maneira atropelada. Depois, nós disputamos a opinião pública, convencemos até mesmo jornalistas que têm, historicamente, uma posição liberal na economia de que esse texto era ruim para o País. Também conseguimos, a muito custo, evitar um racha entre os servidores públicos. Todos os servidores precisavam dar as mãos e lutar juntos

contra a PEC 32, e nós conseguimos fazer isso.

É por isso que hoje a Mesa Diretora da Servir Brasil, junto com o Conselho Consultivo, quer convidar todos os Deputados a participar de um evento que terá início às 18 horas. Eu, o Deputado Marcelo Freixo, o Deputado André Figueiredo, o Deputado Fábio Trad, o Deputado Subtenente Gonzaga, o Deputado Milton Coelho, o Deputado Paulo Teixeira, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Weverton queremos convidar V.Exas. a participar hoje desse nosso encontro, dessa confraternização com as 37 entidades de serviço público que ajudaram na produção dos estudos para derrotar a PEC 32. Vai acontecer hoje, das 18 até as 22 horas. Eu quero recebê-los com muito carinho, porque pelo menos uma vitória nós temos desde que o serviço público e os trabalhadores brasileiros começaram a ser atacados.

Deputada Alice, a verdade é que essa será a nossa primeira vitória desde o Governo Temer, e precisamos transformar essa vitória no início de uma grande mobilização, que será a primeira de muitas outras.

Todos estão convidados a participar desse evento hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 9/23

161.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021-
CD 13:16
Publ.: DCD - 15/12/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Associação do orador à mobilização de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Incompetência e inoperância do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que hoje é mais um dia de mobilização dos servidores públicos e da população brasileira para lembrar a todos os Parlamentares desta Casa, a Câmara, a importância do serviço público e dos servidores públicos brasileiros.

A PEC 32/20, que foi debatida na Comissão Especial, da qual eu fui membro suplente pela nossa bancada e acompanhei o debate, é uma proposta nociva, é uma proposta ruim para os serviços públicos e para



os servidores.

Por isso, eu quero parabenizar todas as centrais sindicais, os servidores que estão no aeroporto, que estão visitando os Parlamentares, que estão dando plantão, a fim de que não aprovemos essa proposta que nada tem de bom para o povo brasileiro. O grande objetivo do Governo Bolsonaro é atacar os serviços públicos.

Está aí todo um projeto de infraestrutura do nosso País, do Estado brasileiro paralisado. Aliás, Bolsonaro não tem uma obra. Em cada Estado, Bolsonaro não tem uma obra sequer.

É o Governo do nada. É o Governo da mentira. É o Governo das *fake news*. É uma equipe incompetente, inoperante. É o Governo do cercadinho.

Por isso, eu quero parabenizar, em nome da Central Única dos Trabalhadores, de todas as federações, os servidores públicos por este grande trabalho de convencer os Parlamentares para que não façamos essa maldade contra os serviços públicos, contra os servidores públicos, contra o povo brasileiro.

Nós queremos educação pública de qualidade. Nós queremos saúde pública e SUS de qualidade. Nós queremos carreira de Estado. Nós queremos estabilidade dos servidores, sim. Nós queremos um Estado forte, com políticas fortes. O Brasil já fez e voltará a fazer isso. Não à PEC 32/20, em defesa dos servidores, em defesa dos serviços públicos.

Peço a V.Exa., Presidente, que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 10/23

161.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021-
CD 19:12

Publ.: DCD - 15/12/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Elevado índice de desaprovação do Governo Jair Bolsonaro, e preferência do eleitorado brasileiro à candidatura do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sucessão presidencial, segundo o Instituto de Pesquisa em Educação e Comunicação Digital. Queda da produção industrial brasileira. Cenário de



fome e desemprego reinante no País. Prática do crime de genocídio pelo Presidente da República, com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Natureza eleioçoeira da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Necessidade da adoção de medidas de redução dos índices inflacionários e dos preços de combustíveis. Submissão da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS aos ditames das grandes companhias internacionais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de rejeição da proposta de atualização do Código de Mineração.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu pedi para usar o tempo da Liderança do partido e quero agradecer ao Líder Bohn Gass a cessão do tempo. A bancada do Partido dos Trabalhadores pediu que eu não falasse do título do Clube Atlético Mineiro, glorioso bicampeão nacional e futuro bicampeão da Copa do Brasil. Então, eu vou falar de uma pesquisa novinha, que acaba de ser divulgada, que saiu do forno agora.

É importante falar dessa pesquisa, até para compreendermos o que tem acontecido no Brasil e a situação em que o nosso País se encontra. É uma pesquisa do Instituto de Pesquisa em Educação e Comunicação, o antigo IBOPE, que já foi o principal instituto de pesquisa brasileiro.

Dados do IBOPE mostram que a aprovação do Governo Bolsonaro, Deputado Vicentinho, está em 27%, e a desaprovação do Governo Bolsonaro está em 68%. É o ponto mais alto da desaprovação do Governo, em todo o período do Governo Bolsonaro.

Segundo a pesquisa, 27% do povo brasileiro confiam no Presidente Bolsonaro - acho muito ainda -, e 70% do povo brasileiro não confiam no Presidente. Já 55% do nosso povo acham o Governo do Presidente Jair Bolsonaro ruim ou péssimo, e apenas 19% acham o Governo bom.

O Instituto de Pesquisa em Educação e Comunicação, o antigo IBOPE, ainda consultou a preferência do eleitorado, caso as eleições fossem hoje. E, óbvio, não deu outra: o ex-Presidente Lula aparece com 48% das intenções de voto no primeiro turno; o Presidente Jair Bolsonaro tem apenas 21%; e o ex-Juiz Moro tem 6% das intenções de voto.

Essa pesquisa retrata, é claro, o Brasil atual, retrata aquilo que o povo brasileiro vem assistindo, o que vem acontecendo com o bolso do brasileiro e com o País.

Nós estamos no quinto mês de queda em produção industrial - olhem a



incompetência deste Governo -, no terceiro mês de queda em vendas no varejo e no segundo mês de queda em volume dos serviços. Ou seja, não há recuperação econômica. Então, mentiu mais uma vez o Ministro Paulo Guedes.

O índice de desemprego continua altíssimo, com o desemprego atingindo em torno de 14 milhões de brasileiros e brasileiras. A inflação, Deputada Benedita, já está na casa dos dois dígitos e se repete.

Existem no Brasil pessoas com fome, comendo osso. E há um genocídio, pois a pandemia chegou a matar mais de 600 mil pessoas no Brasil. E foi genocídio mesmo, uma vez que o Presidente dizia que se tratava de uma mera "gripezinha" e que todos deveriam continuar indo às ruas, adquirindo o vírus, porque isso iria salvar a economia brasileira. Hoje, temos a economia embicada para baixo e as famílias chorando os mortos.

O que tem isso a ver com esta discussão de hoje da PEC dos Precatórios, ou "PEC do Calote"? Tem tudo a ver com esta discussão, porque a pergunta que se tem que fazer é a seguinte: qual é a proposta econômica do Governo? O que ele tem para combater a fome, para diminuir a inflação, para aumentar o nível de emprego no Brasil, para paralisar a política de genocídio? Qual é a política econômica do Governo? E o Governo responde com a "PEC do Calote", como se isso fosse resolver as questões econômicas e a fome do povo brasileiro - não vai! A "PEC do Calote" é meramente uma jogada eleitoreira, em véspera de eleição, e não levará à geração de emprego e renda.

Nós precisamos combater a inflação, e não se combate a inflação aumentando taxa de juros neste momento da vida política e econômica brasileira. Acontece que a economia já está lá embaixo, e, se você aumenta a taxa de juros, o significado disso é que a economia vai mais para baixo ainda, e nós vamos ter, portanto, não um crescimento econômico, mas uma ainda maior crise de crescimento econômico no Brasil. O aumento da taxa de juros leva a uma queda maior da economia. *"Ah, isso vai melhorar o conteúdo inflacionário brasileiro."* Não! E digo isso porque a inflação brasileira é a inflação dolarizada, é a inflação da gasolina cara, da PETROBRAS colocada a serviço das grandes empresas internacionais e não do povo brasileiro, colocada a serviço dos seus cotistas e a serviço dos bancos internacionais que tem parte hoje do lucro que a PETROBRAS divide através de dividendos. Então, não mais se trata de uma empresa pública que tem o dever do controle inflacionário, que tem o dever de manter um preço de diesel e de gasolina condizente com o País, que é um dos grandes produtores de petróleo do mundo e que tem refinarias que podem, através do refino, colocar o Brasil autossuficiente na



produção de gasolina e óleo *diesel*.

Por isso, o Presidente Lula disse outro dia que, se fosse o Governo dele - e nós esperamos que o Lula venha a ser Governo de novo -, o preço da gasolina não estaria nas alturas, nem o do óleo *diesel*, nem o da energia elétrica, porque combateríamos a inflação fazendo com que as nossas estatais servissem ao povo brasileiro, e não apenas para dar lucro e gerar dividendos para os grandes acionistas que hoje dominam essas empresas e recebem polpudos dividendos.

Esse, portanto, é o quadro que vivemos no Brasil de hoje. E o Governo apresenta ao povo brasileiro só matérias impopulares. Uma delas é essa "PEC do Calote", que faz, mais uma vez, a educação e o FUNDEF sofrerem e coloca no médio prazo uma verdadeira bomba, uma dinamite que vai estourar em breve em qualquer outro governo que venha aí. Portanto, aprovar a "PEC do Calote" só fará mal ao Brasil e ao povo brasileiro.

O Governo fala também em privatizar, vender tudo, como se isso fosse solução para que o Brasil retomasse o desenvolvimento econômico, e nós sabemos que não é. O Governo fala em PEC 32. Imaginem, Deputados e Deputadas, fazer agora a "privatária" da prestação do serviço público, privatizar os recursos do SUS - Sistema Único de Saúde, privatizar os recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, privatizar os postos de saúde, privatizar as universidades brasileiras, fazendo com que o povo, em vez de ter serviços gratuitos e de boa qualidade na educação e na saúde, passe a ter também que arcar com isso. Imaginem se o povo brasileiro tem condições de, num período desses, de inflação, desemprego, miséria e fome, ainda arcar com o custo da educação, da saúde dos seus filhos, das suas famílias. Privatizar, portanto, através dessa PEC 32, só iria piorar as condições do povo brasileiro. Por isso o povo foi às ruas e derrotou a PEC 32. Amanhã haverá um ato dos servidores públicos aqui em frente para comemorar que o Governo Bolsonaro não conseguiu aprovar a PEC 32 e não tem 308 votos para privatizar a prestação de serviço público de educação e de saúde no Brasil.

Chamo a atenção também do povo brasileiro para o fato de que é preciso ter muito cuidado com esse Código de Mineração que está parado agora num grupo de trabalho aqui na Casa. Ao invés de avançarem aqui na Câmara nas propostas que a CPI de Brumadinho fez para melhorar as condições do meio ambiente e para melhorar as condições daqueles que são atingidos por barragem, querem aprovar um Código de Mineração para facilitar ainda mais a exploração predatória de minério em terras indígenas, no Amazonas, nas montanhas mineiras, colocando em risco tudo aquilo que nós sabemos que a mineração coloca em risco, como comprovam aquelas tragédias

criminosas que aconteceram em Brumadinho e Mariana, que sepultaram vidas e sepultaram rios.

Presidente, esta PEC dos Precatórios, a "PEC do Calote", é, portanto, peça de ficção deste Governo, um governo que - eu repito - já está com 68% de rejeição. É o povo brasileiro gritando: *"Fora, Bolsonaro! Ninguém te aguenta mais!"*.

Documento 11/23

161.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021-
CD 21:00

Publ.: DCD - 15/12/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC

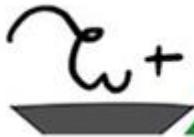
CÂMARA DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Importância da realização de reformas constitucionais e das desestatizações, para a retomada do desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela *TV Câmara*, a Câmara e o Senado estão resolvendo um problema que foi colocado em cima da mesa do Executivo: um aumento absurdo de 54 bilhões de reais para quase 90 bilhões de reais do ano de 2021 para 2022, oriundos das ações do FUNDEF. Nós, o Executivo e o Parlamento brasileiro, precisávamos resolver este problema.

E estamos resolvendo-o da melhor forma, ou seja, aprovamos a PEC dos Precatórios, num primeiro momento, que foi para o Senado. Uma parte já foi sancionada, e volta a outra parte aqui. Com o conteúdo que estamos votando hoje, estamos garantindo, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, pura e simplesmente, recursos para custearmos o Auxílio Brasil a partir do ano que vem. Ele vai matar a fome de aproximadamente 17 milhões de famílias no Brasil. Absurdamente ainda há crianças e idosos que não fazem as três refeições diárias. Esse povo precisa ser socorrido por nós, e nós o estamos socorrendo. O conteúdo que estamos votando hoje também garante recursos para políticas públicas essenciais na área da Previdência, na área da saúde e, sobretudo, na área da assistência social.



Deputado Hugo Mota, V.Exa. está de parabéns porque fez um relatório magnífico. Ouvindo todos os pares, fez um relatório que pensou não só no Parlamento, mas também sobretudo no Executivo e na população brasileira. Estamos priorizando ainda, com o pagamento dos precatórios, os idosos, as pessoas com deficiência, as pessoas com doenças raras, Deputada Bia Kicis, e estamos proibindo o Judiciário de emitir as requisições para pagamento de precatório se não tivermos o financeiro. Isso é fundamental.

Mais do que isso, Sr. Presidente, não estamos dando calote, como diz a Oposição. Estamos dando uma solução plausível, racional. Estamos mantendo o equilíbrio fiscal. A preocupação com o equilíbrio fiscal, com o teto de gastos, continua, é uma bandeira nossa. Não abrimos mão disso. Mas a preocupação com o equilíbrio fiscal tem que vir associada à responsabilidade social, às políticas públicas e, sobretudo, às condições de matar a fome da população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, ao votarmos parte da PEC dos Precatórios que voltou do Senado neste dia, nós estamos resolvendo o problema do Brasil, mantendo a preocupação com a responsabilidade fiscal, que é fundamental para o nosso País.

Agora, Sr. Presidente, com a reforma da Previdência, com as reformas que estamos encaminhando - a administrativa, a tributária -, com as concessões, com as privatizações, ontem mesmo nós votamos o projeto que desburocratiza as concessões e permissões das ferrovias no Brasil, com todas essas ações, nós temos a plena convicção de que vamos retomar a economia no ano que vem, o crescimento econômico, com a geração de emprego e renda, enfrentando, sobretudo, o nosso grande desafio que é o preço da cesta básica, o alto preço dos combustíveis e o alto preço do gás, Deputado Isnaldo.

Esses são nossos desafios porque esses problemas impactam não na classe média baixa ou na classe média alta, impactam no bolso do trabalhador brasileiro. O nosso compromisso, o compromisso do Parlamento brasileiro e o compromisso do Executivo, é com todos, mas fundamentalmente com as pessoas carentes, com os trabalhadores, com os desempregados, com aquelas pessoas que passam fome.

Encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que, com muita fé, com muita racionalidade, com muita energia, e sob a liderança de V.Exa., nós estamos ajudando o Poder Executivo a vencer a pandemia. Estamos vencendo a pandemia. E, mais do que isso, estamos vencendo a crise econômica no Brasil.

O Brasil tem que dar certo. O Brasil vai dar certo! E essa luta, essa bandeira não tem que ser só do Centro ou da Direita, tem que ser também da Esquerda, porque a preocupação com o País é de todos



nós. Todos nós estamos do mesmo lado da mesa, porque todos nós queremos o bem do Brasil. Essa é a nossa luta, essa é a nossa bandeira, e é nesse sentido que nós vamos empenhar todas as nossas forças físicas, espirituais e sobretudo políticas, para fazer com que o Brasil possa voltar a ser um grande país no cenário mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/23

161.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2021-21:36
Publ.: DCD 15/12/2021 -	- CELSO MALDANER-MDB -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Reflexos da epidemia de coronavírus sobre a economia e a população brasileira. Não realização das reformas tributária e administrativa. Retomada da velha política do toma lá, dá cá, por meio do orçamento secreto. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Inexistência de motivos para comemoração do combate à corrupção no País. Manobras de integrantes do Centrão para impedimento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Apresentação de requerimento de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, acerca da extinção do foro especial por prerrogativa de função, no caso dos crimes comuns. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Destinação de elevado recursos de emendas orçamentárias para os Municípios do Estado de Santa Catarina. Perspectivas não animadoras para o agronegócio em 2022.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CELSO MALDANER.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha expectativa para 2021 era muito grande e muito positiva. O ano anterior foi difícil, por conta da pandemia. Cidades foram fechadas e milhares de vidas foram ceifadas pela COVID-19, que infelizmente se estendeu por mais tempo do que se previa, atrapalhando muito a economia, tirando empregos e fazendo com que empresas fechassem, além de deixar famílias sem entes queridos seus.

Surgiu essa dificuldade, que foi enfrentada pelo mundo todo, com perda de capital, aumento do desemprego e diminuição da renda. A Câmara dos Deputados tinha muitas pautas importantes para dar andamento, que poderiam contribuir no período pós-pandemia, como as importantes e necessárias reformas tributária e administrativa, que infelizmente não andaram.

A Comissão Especial da Reforma Tributária que analisava a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que tinha como principal objetivo simplificar e tornar menos oneroso o recolhimento de impostos, foi destituída pela Presidência da Casa, após falta de interesse do próprio Governo. Já a PEC 110/19, que tramitava no Senado e tinha votos suficientes para ser aprovada pelas duas Casas Legislativas, também não evoluiu, o que gerou insatisfação nas federações e entidades que esperavam o avanço e prejudicou a credibilidade de empreendedores e investidores.

Quanto à reforma administrativa, a oportunidade de cortar privilégios do alto escalão e estabelecer um teto para os supersalários, com a emenda antiprivilegios, não teve um aceite.

Como se não bastasse não ter sido feito o tema de casa - a aprovação dessas reformas de que o Brasil precisa -, surgiu o polêmico assunto do orçamento secreto e da compra de apoio de Parlamentares através das emendas de Relator. O "toma lá, dá cá" da velha política foi escancarado. É legítimo o pleito de aumento de recursos para programas sociais, usando-se recursos do corte de privilégios e do enxugamento da máquina pública, mas a "PEC do Calote" tira direitos de quem tem a receber recursos de precatórios reconhecidos pela Justiça. Felizmente conseguimos manter a regra de ouro com o teto dos gastos, mas aquela medida prejudicou ainda mais a credibilidade perante investidores.

No que se refere ao combate à corrupção, que continua sendo o cupim da República, não temos nada para comemorar. A PEC 199/19, sobre prisão em segunda instância, foi alvo de manobras de políticos do Centrão para se impedir a votação dessa proposta. Um absurdo!

Na luta pelo fim do foro privilegiado, apresentei requerimento para inclusão da PEC 333/17 na Ordem do Dia, mas, infelizmente, a



impunidade alimenta a corrupção, que desvia o dinheiro dos contribuintes e atravessa o desenvolvimento social e econômico do País. Por isso, não é combatida.

No plenário da Casa, a pauta mais importante que andou foi a da autonomia do Banco Central, uma medida necessária para que a circulação da moeda pudesse aumentar.

No que diz respeito a emendas parlamentares, foi mais um ano em que alcançamos aproximadamente 50 milhões de reais em recursos para os Municípios catarinenses, para as áreas de saúde, agricultura, infraestrutura urbana e turística, obras esportivas e de lazer, segurança e ação social. Em média, 4 milhões de reais ao mês foram pagos. É um saldo para se comemorar. Esse é o resultado de um trabalho de mãos limpas na defesa do municipalismo.

Vamos entrar em 2022 com uma perspectiva não muito boa. Eu sempre quero ser otimista, quero ter entusiasmo, ver as soluções dos problemas, mas, infelizmente, 2021 deixou muito a desejar, e o ano que vem, com a inflação e a taxa SELIC chegando a dois dígitos, será muito difícil. O que tem segurado a nossa economia é o agronegócio, mas há as dificuldades climáticas, como a seca, e os custos de produção aumentaram muito. Isso vai ser muito prejudicial.

Apesar de 2022 ser ano eleitoral, precisamos fazer andar esses temas, que são essenciais para a credibilidade da política e do País. Assim, vamos conseguir amenizar os problemas e retomar o crescimento. A sociedade nos pede isso. Estejamos à altura das nossas responsabilidades com o futuro da Nação.

Documento 13/23

162.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/12/2021-10:52
Publ.: DCD 16/12/2021 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Retirada de direitos das pessoas com deficiência pelo Governo Jair Bolsonaro. Repúdio ao Veto Parcial nº 59, de 2021, apostado ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, acerca da instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Posicionamento da oradora contrário à Proposta de Emenda à



Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Confiança na derrota do Presidente da República no pleito eleitoral de 2022. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa; e à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós estamos chegando ao fim do ano e temos um Governo que ameaça os direitos do povo todos os dias. Falo de um Governo que não consegue esconder sua misoginia, seu capacitismo.

No que diz respeito aos direitos da pessoa com deficiência, quatro projetos, no mínimo, foram encaminhados a esta Casa para retirar o direito às cotas, no mercado de trabalho, das pessoas com deficiência. Para além disso, o Ministro da Educação declarou que alunos com deficiência atrapalhavam o desenvolvimento do ensino e que era preciso apartar e acabar com a educação inclusiva.

Os ataques são muitos, e essa lógica capacitista caminha junto com a lógica misógina. O que é esse veto que o Governo estabeleceu à dignidade menstrual? O projeto custará por volta de 84 milhões, e a Relatora teve a preocupação de estabelecer o impacto para todos os segmentos, assim como as fontes de financiamento. De cada quatro meninas, uma já deixou de ir à escola em função da pobreza menstrual, da ausência de absorventes. E me vem uma Deputada bolsonarista dizer: "Não. Usem paninhos"?! Bem, há mulheres que podem pagar absorventes, mas a população que não pode pagar os paninhos? Sabem o que isso significa? Significa que o Governo não consegue esconder sua aversão ao povo pobre deste País.

Deram, com a "PEC do Calote", um calote nos precatórios, que são um direito líquido e certo. Em verdade, já existe folga orçamentária para pagá-los, e com larga margem, e sobrarem recursos para se estabelecer o auxílio de 400 reais. Mas é inadmissível que queiram dar o calote para pagar os votos, para pagar ao dito Centrão, para pagar àquele que Bolsonaro tem que comprar para ter governabilidade nesta Casa, coisa que ele não consegue pelos próprios projetos.

Recentemente, o General Heleno disse que o povo não poderia permitir que as pessoas incapazes governassem o Brasil. Eu também acho isso. É por isso que Bolsonaro será derrotado nas eleições. De toda sorte, para não dizerem que não falei das flores, a resistência dos servidores e das servidoras das centrais sindicais, entre as quais destaco a Central Única das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, impediu que se perpetrasse um profundo golpe contra o Estado de



proteção social.

A PEC 32 visa arrancar o Estado do povo brasileiro, visa acabar com a impessoalidade no serviço público e colocar o Estado brasileiro a serviço dos governantes e da iniciativa privada. Não será aprovada e não será concretizada, como também não o será a privatização dos Correios.

Estas são vitórias a ser comemoradas.

Documento 14/23

162.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/12/2021-11:48
Publ.: DCD 16/12/2021 -	MARCON-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações aos oponentes à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Ricardo Silva, obrigado pela concessão da palavra.

Srs. Deputados, eu venho à tribuna no dia de hoje, em primeiro lugar, para parabenizar todos aqueles que se mobilizaram contra a PEC 32 e também para saudar a postura de todos os Deputados do Partido dos Trabalhadores, que foram firmes, serenos e claros na defesa do serviço público.

Aqui não é se trata de ser a favor de uma ou outra categoria, não. Quem é que precisa do serviço público? Quem precisa do serviço público é a maioria da população brasileira, que precisa da saúde pública, da educação pública, da segurança, dos controles internos nas gestões públicas, da assistência social. Esses trabalhos são feitos pelo serviço público. E quem faz o serviço público são os servidores públicos. Se houve problema com os servidores públicos aqui ou acolá, vamos achar uma forma de corrigir isso. Nós não podemos pegar a bacia com a água e a criança e jogar tudo fora pela janela. Nós precisamos ter mecanismos para corrigir as falhas que alguém cometa e precisamos que o serviço público seja fortalecido, que o Estado seja mais forte para atender as pessoas.

Se a PEC 32 se fosse votada aqui neste plenário, era para terminar com o serviço público. Por isso, quero elogiar todos aqueles que se mobilizaram contra essa PEC, como as centrais sindicais e os sindicatos. Essa briga não é só dos sindicatos de servidores públicos, é da sociedade em geral.

Claro que algumas centrais estão envergonhadas, e muitos servidores públicos votaram em Deputados que aqui legislam contra os servidores. E muitos servidores públicos votaram no Bolsonaro e estão envergonhados hoje com esse caos de âmbito nacional.

A luta em defesa do serviço público vai continuar em 2022, porque a luta não para aqui, a luta é constante, a luta tem que ser com firmeza. Espero que a sociedade brasileira venha para essa luta.

Nós temos que comemorar, porque a mobilização não deixou que ocorresse esse dano contra o povo, não deixou! Eu quero dizer que vou continuar em 2022 defendendo a luta do serviço público, que atende a nossa população.

Gostaria, Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 15/23

162.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/12/2021-11:52
Publ.: DCD 16/12/2021 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Baixa adesão popular à candidatura de Sérgio Moro à sucessão presidencial. Possibilidade de eleição em primeiro turno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado,
Presidente.



Eu queria registrar dados de pesquisa eleitoral divulgados pela IPEC - Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica, antigo IBOPE. A novidade, Deputado Célio, é que o Moro, em prol de cuja candidatura a imprensa ficou fazendo campanha nas últimas semanas, já lançado oficialmente como candidato da terceira via, o candidato da mídia brasileira, da mídia golpista, teve apenas 6% das intenções de voto e está em empate técnico com Ciro Gomes.

Durante todo o último mês, a imprensa lava-jatista - que cobra tanto a autocrítica dos partidos, mas nunca fez a sua própria autocrítica, uma imprensa que apoiou o golpe de 1964 e o golpe de 2016, uma imprensa que tem partido, que fechou os olhos e que apoiou a destruição econômica deste País com a Lava-Jato, além da destruição institucional que fez, uma imprensa que está torcendo por Moro e fez uma festa danada, porque achou que tinha encontrado, enfim, uma saída e embarcou na campanha da candidatura do ex-juiz - se deu mal. O que mais ouvimos nesses dias foi que o juizecó estava consolidado como terceira via. E a pesquisa de ontem mostrou um cenário em que Moro, em comparação com o mesmo período do ano passado, perdeu mais da metade das intenções de voto. Então a candidatura do juizecó de Curitiba está desidratada.

A pesquisa, por outro lado, mostrou a consolidação de outra situação. E esta situação não divulgam, esta situação se negam a reconhecer: 48% dos eleitores, Deputado Joseildo, disseram que vão votar em Lula. E esse resultado se repete há vários meses. O número permanece dentro da margem de erro - 48%, 49%, 50%, 47%. Se considerarmos só os votos válidos, isso representa 56% dos eleitores. Ou seja, o povo vai eleger Lula no primeiro turno. E há outro dado importante aqui, Deputado Paulo Ramos: a rejeição de Lula nesta pesquisa foi a menor que ele já teve na história!

Em 2002 e em 2006, as pesquisas traziam uma rejeição a Lula de 31%, 30%, 32%. Agora a rejeição é de 28%. Ou seja, ele tem maior aprovação e menor rejeição. Então, a mensagem das ruas, Presidente, é acachapante.

Chega de arrocho, chega de neoliberalismo, chega de desmonte dos serviços públicos. Felizmente conseguimos abortar, neste ano legislativo, a PEC 32, que queria destruir a administração pública. Chega de cortar, cortar e cortar do pobre, enquanto os ricos nunca foram tão ricos.

Nós queremos o Brasil de volta para o nosso povo. Lula vai voltar, e nós temos que fazer o que Lula tem preconizado: botar o pobre no orçamento de novo e botar o rico para pagar Imposto de Renda. O Governo Bolsonaro faz o oposto: corta o orçamento que vai para os pobres, em educação, saúde e assistência social, e garante aos



aliados do setor financeiro os maiores lucros da história.

Lula Presidente!

Documento 16/23

162.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/12/2021-12:44
Publ.: DCD 16/12/2021 -	- ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização, nas dependências da Casa, de ato comemorativo da não votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje nós vamos ter, a partir das 14 horas, aqui na Câmara Federal, um ato público das entidades sindicais dos servidores públicos de todo o Brasil. É um ato para comemorar a vitória contra a PEC 32, que não se conseguiu pautar aqui no plenário.

Foi aprovada sua admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça, depois de muito debate e muitos embates. Quero parabenizar a bancada do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB, do PDT, do PSB, do PSOL, de toda a Oposição e Minoria, que, dentro da Comissão de Constituição e Justiça, conseguiu fazer com que esse debate permanecesse por mais tempo do que o Governo queria e conseguiu demonstrar que essa proposta tinha características terríveis, inclusive de constitucionalidade.

Depois, ela foi para a Comissão Especial, onde eu coordenei a bancada do PT - agradeço a confiança do Líder Bohn Gass. Lá nós fizemos o bom debate e demonstramos que essa proposta de emenda à Constituição acabaria com o Brasil, porque acabaria exatamente com a prestação do serviço público.

É o que quer a PEC, é o que quer o Governo Bolsonaro, é o que quer Paulo Guedes, infelizmente, e é o que quer a elite brasileira, que está de olho no dinheiro do FUNDEB e do SUS. Querem colocá-lo no bolso de empresários para ter lucro com a saúde pública, com a saúde das pessoas ou com a doença das pessoas. Querem também ter lucro a partir de uma educação privada, retirando do povo brasileiro aquilo que

Ihe é sagrado e Ihe foi conferido pela Constituição de 1988: o direito à educação pública gratuita, da creche à universidade, o direito ao SUS, o direito ao SUAS, o direito à moradia, os direitos sociais, que é obrigação do Estado garantir. É com isso que os ultraliberais querem acabar. E é isso que leva o Governo Bolsonaro a ter essa rejeição que tem hoje, que tem deixado bolsonaristas doentes, com saudade até de cloroquina. Realmente, os bolsonaristas estão com uma recaída terrível.

Hoje, iremos, em frente à Câmara Federal, comemorar essa vitória contra a PEC 32. O Governo não tem 308 votos aqui na Câmara, e é isso que nós vamos comemorar hoje.

Quero aqui parabenizar os servidores e servidoras públicas de todo o País que se mobilizaram, convenceram o nosso povo e fizeram um grande favor aos brasileiros e brasileiras: garantiram o nosso serviço de saúde, educação e o serviço público de maneira geral.

Parabéns aos servidores! Parabéns ao povo brasileiro! Nada de PEC 32! Fora, Bolsonaro!

Documento 17/23

162.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2021-
CD 13:12

Publ.: DCD - 16/12/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Comemoração pelos servidores públicos da não votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Repúdio ao Governo Jair Bolsonaro. Contrariedade à privatização de empresas estatais. Não apoio dos evangélicos ao Presidente da República.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje os servidores públicos vão fazer uma manifestação aqui na Câmara dos Deputados comemorando a vitória da resistência diante da ousadia, do atrevimento, da insensibilidade do Governo Bolsonaro em relação ao serviço público. A PEC 32/20 está sendo derrotada porque o fracasso do Governo Bolsonaro consiste naquilo que ele fez e impedir o desmonte do serviço público significa proteger a sociedade.

O Presidente Bolsonaro prega o Estado mínimo ou o Estado nenhum. Ele quer entregar tudo, inclusive o serviço público, à sanha do lucro, à



iniciativa privada, aos sócios do Paulo Guedes, aos sócios do capital. Penaliza o trabalho, retirando direitos dos trabalhadores. Está jogando milhões e milhões de famílias na rua da amargura. O sofrimento humano no Brasil é muito grande. E ele resulta das ações do Governo Bolsonaro.

Esperamos que a resistência impeça a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a privatização da ELETROBRAS, o desmonte da soberania nacional com o que vem sendo feito com a PETROBRAS. Agora mesmo, na televisão, estavam dizendo que o Governo vendeu ativos da PETROBRAS no valor de 4 bilhões e 800 milhões de dólares, tudo subfaturado, a preço de banana, a começar pela Refinaria Landulpho Alves, pela Gaspetro, pela BR Distribuidora.

O Governo Bolsonaro vai ficar na lata de lixo da história, pelo papel que vem cumprindo, lamentavelmente cercado de militares dos mais altos postos das três Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Isso é uma vergonha, pois no imaginário popular as Forças Armadas ainda têm vínculo com a soberania nacional, e vêm abrindo mão dessa responsabilidade, aliadas que estão a este Governo que está aí - crimes de lesa-pátria!

Sr. Presidente, concluo e peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja replicado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Quero também dizer - e tenho reiterado isso aqui - que não é verdade que Bolsonaro tem apoio no campo evangélico. Dizem os evangélicos que Bolsonaro não é um homem de Deus, certamente é um enviado do demônio.

Fora, Bolsonaro!

Documento 18/23

163.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/12/2021-09:00
Publ.: DCD 17/12/2021 -	- FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações aos servidores públicos diante da não votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Contrariedade à anunciada concessão, pelo Presidente Jair



Bolsonaro, de reajuste salarial tão-somente aos servidores da sua base eleitoral.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV Câmara, ontem os servidores públicos realizaram um ato em comemoração à não votação da reforma administrativa. Realmente, os servidores públicos brasileiros devem comemorar essa vitória do serviço público. A Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, representa o fim dos servidores públicos no nosso País. Estamos concluindo esta legislatura, e a PEC não foi votada, graças à grande mobilização de servidores públicos de vários setores da sociedade e à mobilização da Oposição nesta Casa. Essa foi mais uma derrota de Bolsonaro, já que essa reforma era uma das prioridades do seu Governo. Eu reafirmo aos servidores públicos que continuarei vigilante contra essa PEC da destruição.

Parabéns a cada servidor e servidora que lutou pela preservação do serviço público do País! Contem comigo nessa luta!

Sr. Presidente está estampado na mídia que o Presidente Bolsonaro pretende conceder reajuste salarial para o funcionalismo público, só que esse reajuste seria apenas para as categorias que fazem parte da sua base eleitoral. Isso é um absurdo! Se o Governo vai conceder reajuste, tem que ser para todos os servidores públicos deste País.

No planejamento desse reajuste, Bolsonaro deixa de fora até os servidores da saúde. Se esse reajuste for concretizado, será mais uma ação eleitoreira de Bolsonaro, que usa do dinheiro público.

Atenção, servidores públicos, fiquem de olho! O ano de 2002 está chegando, e o voto de vocês pode decidir uma eleição.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que esses dois comunicados sejam publicados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 19/23

163.2021

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 16/12/2021-11:00

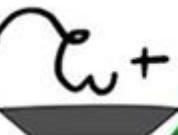
Publ.: DCD
17/12/2021 -

BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

Solidariedade à Deputada Natália Bonavides, diante de ataque verbal do apresentador de televisão Carlos Roberto Massa, o Ratinho. Regozijo com a não votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Inconformismo com a não inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre o estabelecimento do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde - SUS, na política remuneratória e valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, com relação ao reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Votos de feliz Natal ao povo brasileiro, especialmente aos maranhenses.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Nilo, na pessoa de quem quero saudar aqui todos os Parlamentares da Casa, em tempos difíceis como estes, tempo de negacionismo, tempo de genocídio, tempo de racismo, tempo de misoginia - quero aproveitar para manifestar minha solidariedade à Deputada Natália Bonavides, que foi violentamente atacada pelo covarde chamado Ratinho -, resistir é uma vitória.

Nesta última sessão - eu tenho, inclusive, orgulho de dizer que participei 100% de todas as sessões desta Casa durante todo este ano -, eu quero dizer que nós conseguimos uma vitória importante, que foi a de não permitir, impedir que fosse pautada neste plenário a PEC 32, a PEC da destruição do serviço público. Eu queria cumprimentar todos os servidores e servidoras públicas que se mobilizaram no Brasil inteiro para que conseguíssemos criar essa resistência, essa barreira, impedindo que esta pauta chegasse ao plenário desta Casa. Eu tenho muita confiança que, se não chegou em 2021, não chegará também em 2022. Portanto, repito, em tempos difíceis como estes, com muitos retrocessos, resistir é uma vitória. E eu aproveito para celebrar este momento junto com todo o Plenário desta Casa.

Quero dizer, por fim, Sr. Presidente, que, apesar de frisar essa importante vitória, é necessário também destacar agora, nos últimos dias deste ano, os erros que esta Casa cometeu. Não se pautou o piso salarial da enfermagem, que é fundamental para que essa categoria possa ser valorizada. Também quero endossar a luta dos ACS pela derrubada do Veto 44, item 8, e pela aprovação da PEC 22.

Eu espero que 2022 seja o ano da virada. Tenho fé em Deus que será assim e conclamo a sociedade brasileira a, todos nós juntos, darmos a



virada necessária para que o Brasil possa retomar o caminho da esperança. É o que eu espero em Deus. Se Deus quiser, será assim, será um ano de vitória.

Desejo a todos e a todas um feliz Natal, principalmente aos do meu querido Estado, o Maranhão.

Muito obrigado, Presidente. E peço que seja autorizada a divulgação, por favor, nos meios de comunicação da Casa, deste pronunciamento.

Documento 20/23

163.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/12/2021-11:08
Publ.: DCD 17/12/2021 -	PEDRO UCZAI-PT -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade à Deputada Natália Bonavides, vítima de misoginia. Agravamento das desigualdades sociais brasileiras no Governo Jair Bolsonaro. Vitórias alcançadas pelo Parlamento brasileiro no exercício de 2021. Congratulações aos Ministros do Tribunal de Contas da União - TCU, Vital do Rêgo e Aroldo Cedraz, pelo posicionamento adotado no tocante à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero manifestar minha profunda solidariedade a nossa colega Parlamentar Deputada Natália Bonavides. Misoginia não é liberdade de expressão, é crime, Deputado gaúcho!

Em segundo lugar, quero me referir, neste final do ano, ao Governo Bolsonaro. Não é preciso falar muito de conjuntura econômica nem de economia para fazer uma reflexão. É só se pedir ao povo para falar quando chega a um posto de combustível, a um supermercado, a uma loja de material de construção ou a uma agropecuária. O Governo Bolsonaro aprofunda as desigualdades sociais, o sofrimento humano.

Que liberdade é essa de passar fome neste País? Que liberdade é essa de estar desempregado neste País? Que liberdade é essa de ver destruído o meio ambiente deste País? Essa liberdade nós não queremos. Nós queremos dignidade humana, emprego, distribuição de



renda e de oportunidade.

Eu quero aproveitar este momento não para perder tempo falando de Bolsonaro e desse Governo, porque o povo brasileiro já está avaliando - e antes foi 65% que avaliou de bom a ótimo. Mas há muitos bolsonaristas aqui mamando na teta do Bolsonaro, com orçamento secreto, e que não conseguem deixar de fazer discurso contra a própria realidade.

Quero falar de algumas conquistas que nós tivemos neste Parlamento.

Quero falar da mobilização e da luta para aprovar e ampliar os recursos do novo FUNDEB para a educação básica brasileira.

Quero falar da derrota no Senado da segunda reforma trabalhista, que seria mais roubo dos direitos e da liberdade dos trabalhadores deste País.

Quero falar da não votação aqui da PEC 32. É o SUS, é a pandemia, é esse genocídio, essa tragédia humana que se produziu neste País. Esse crime contra a humanidade foi patrocinado por esse Governo e pelo discurso de seus asseclas bolsonaristas, negacionistas, inclusive deste Parlamento.

Nós conseguimos evitar a aprovação da PEC 32 - está enterrada, está morta. Por isso, retomamos a esperança.

Quero, nesta esperança, cumprimentar o Ministro do TCU Vital do Rêgo e o Relator do processo de privatização da ELETROBRAS, o Ministro Aroldo Cedraz. Estão questionando a privatização do setor elétrico, da maior empresa do setor elétrico da América Latina. Ganhamos mais um tempo.

Vamos continuar reagindo para reconstruir este País, apoiar o setor produtivo, apoiar a geração de emprego e as oportunidades, apoiar a saúde e a educação do povo brasileiro.

Bolsonaro nunca mais!

Documento 21/23

163.2021

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 16/12/2021-11:16

Publ.: DCD
17/12/2021 -

- CELSO MALDANER-MDB -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

Reflexos da epidemia de coronavírus sobre a economia e a população brasileira. Não realização das reformas tributária e administrativa. Retomada da velha política do toma lá, dá cá, por meio do orçamento secreto. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Inexistência de motivos para comemoração do combate à corrupção no País. Manobras de integrantes do Centrão para impedimento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Apresentação de requerimento de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, acerca da extinção do foro especial por prerrogativa de função, no caso dos crimes comuns. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Destinação de elevados recursos de emendas orçamentárias para os Municípios do Estado de Santa Catarina.

O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, a minha expectativa para 2021 era muito grande e muito positiva. Viemos de um ano anterior difícil, por conta da pandemia. Cidades foram fechadas e milhares de vidas foram ceifadas pela COVID-19, que infelizmente se estendeu por mais tempo do que o previsto, atrapalhando muito a economia, tirando empregos, fazendo empresas fecharem, além de deixar famílias sem os seus entes queridos.

Apesar dessa dificuldade, que foi enfrentada pelo mundo todo, com perda de capital, com desemprego e baixa renda, a Câmara dos Deputados tinha muitas pautas importantes para dar andamento que poderiam ser concluídas neste pós-pandemia, como as importantes e necessárias reformas tributária e administrativa, que infelizmente não andaram.

A Comissão Especial da Reforma Tributária, da PEC 45/19, que tinha como principal objetivo simplificar e tornar menos oneroso o recolhimento de impostos, foi destituída pela Presidência da Casa após a falta de interesse do próprio Governo.

Já a PEC 110, que tramitava no Senado com votos suficientes para ser aprovada pelas duas Casas Legislativas, também não evoluiu, o que gerou insatisfação nas federações e entidades que esperavam um avanço, prejudicando a credibilidade dos empreendedores e



investidores.

Na reforma administrativa, a oportunidade de cortar privilégios do alto escalão e da aplicação de um teto para supersalários com a emenda antiprivilegios não teve um aceite.

E como se não bastasse não ter feito o tema de casa, com a aprovação dessas reformas de que o Brasil precisa, o polêmico assunto do orçamento secreto e a compra de apoio de Parlamentares através das emendas de Relator, o "toma lá, dá cá" da velha política, foi escancarado, e o legítimo pleito de aumentar recursos para programas sociais, usando recursos do corte de privilégios e do enxugamento da máquina pública, tirou direitos de quem tem dívidas a receber reconhecidas pela Justiça com a "PEC do Calote".

Felizmente conseguimos manter a regra de ouro, com o teto dos gastos, mas isso prejudicou ainda mais a credibilidade dos investidores no combate à corrupção, Sr. Presidente, que continua sendo o cupim da República.

Não temos nada para comemorar, nada. A PEC 199, da prisão em segunda instância, sofreu manobras de políticos do Centrão para impedir a votação - um absurdo!

Na luta pelo fim do foro privilegiado, apresentei requerimento para inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 333, de 2017, mas infelizmente a impunidade alimenta a corrupção que desvia o dinheiro dos contribuintes e atravessa o desenvolvimento social e econômico do País. Por isso, não é combatida.

No plenário, a pauta mais importante que andou foi a autonomia do Banco Central.

Em emendas parlamentares, aqui vai um ponto positivo. Graças a Deus, já conseguimos praticamente o pagamento de em torno de 50 milhões de reais em emendas, beneficiando muitos Municípios catarinenses.

Gostaria que o meu discurso fosse divulgado nos veículos de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Documento 22/23

163.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021-
CD 11:20

Publ.: DCD - 17/12/2021 - VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

Defesa de arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Apoio às demandas dos trabalhadores brasileiros.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem nós tivemos aqui a presença de servidores públicos de todo o Brasil, servidores públicos municipais, estaduais e nacionais. Tivemos a presença de entidades representativas desses segmentos. Inclusive eu recebi em meu gabinete o Presidente da Pública, uma central sindical ligada exclusivamente aos servidores públicos, o nosso amigo Gozze, acompanhado da Silvia, Secretária-Geral.

O debate foi um misto de preocupação - a mobilização continua - e alegria, nem que seja uma alegria momentânea, porque não foi votada a PEC 32. Que bom que não foi votada! E eu espero que essa PEC, que acaba com a estabilidade dos servidores - e o que é pior, acaba com a estabilidade do serviço público ao nosso povo -, não seja apreciada no ano que vem.

Nós tivemos ontem, nessa mobilização ali no Anexo II, um caixão de defunto, com um pessoal bem estilizado, mas falando do sepultamento da PEC 32. Vocês sabem, quem está nos ouvindo, que a PEC 32 desfigura o papel do Estado, fazendo do Estado um instrumento dos grandes capitalistas e dos grandes grupos econômicos, em detrimento do sofrimento do nosso povo. O Estado não garantirá, como diz a Constituição, o equilíbrio, o porto seguro necessário. Eu disse para eles e reafirmei aqui: essa PEC 32, embora não seja apreciada este ano, é uma PEC vampiro. E sabemos que vampiro você mata, e o danado não morre, fica lá enterrado um tempão. Então, pode ser, porque há sempre um ano que vem, que esse tema volte. Nós devemos estar muito preparados.

Ontem à noite, houve um jantar de confraternização que foi o encontro de todas as centrais sindicais comemorando as lutas. Apesar do sofrimento, nós temos energia, nós temos disposição. Se há uma coisa que me deixa confortável, que me conforta, é quando vejo esta Casa cheia de trabalhadores, cercada de trabalhadores, gritando, apelando para esta Casa, cujos Deputados foram eleitos pelos trabalhadores. Se os empresários que estão aqui fossem eleitos somente pelos empresários, nós teríamos aqui 15, 20, 30 empresários. Se os fazendeiros que estão aqui fossem eleitos somente pelos fazendeiros, nós teríamos aqui 10 fazendeiros. Nós temos 300 empresários, 128 fazendeiros. Isso é seriíssimo! O povo precisa saber votar.

Sr. Presidente, quero dizer a todos: vamos manter a chama acesa, a chama da esperança. Vamos impedir qualquer retrocesso - já aconteceu tanto. Ninguém aguenta mais. Ninguém aguenta, porque o povo está passando fome. O povo está desempregado. O País é o segundo em distribuição de renda comparado com a África do Sul, por exemplo, dentre os 20. A luta continua!

Obrigado, Presidente.

Documento 23/23

163.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021-
CD 17:08
Publ.: DCD - 17/12/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19), ressalvados os destaques.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, está-se fazendo uma discussão equivocada sobre o projeto. Eu acho que o servidor público inclusive deveria ter direito a reajuste e a outros benefícios, porque ele é fundamental para assegurar o Estado de proteção social, este que a PEC 32 quer eliminar. A PEC 32 quer colocar o Estado a serviço do governante e a serviço também da iniciativa privada, mas o Estado serve, como diz Celso Furtado, para enfrentar os problemas nacionais.

Mas esta proposição não diz respeito a benefício, não cria benefício nenhum; ela apenas assegura o tempo. As pessoas trabalharam de forma virtual, em *home office*. Esse tempo não vai ser contado, se ela tiver direito a licença-prêmio, se ela tiver direito a triênio, em função de quê? E no caso das assistentes sociais, que estiveram inclusive em trabalho presencial, colhendo as necessidades de um povo que passa fome?

Por isso, nós não temos nenhuma dúvida de que o projeto é tímido diante da necessidade. Nós deveríamos valorizar os servidores efetivamente, e não colocar uma granada no bolso deles, como querem colocar. É uma granada pensada por Guedes, mas aqui construída também pelo NOVO. O NOVO quer colocar granada no bolso do

servidor porque acha que o mercado dá conta do Brasil. Não dá! As políticas públicas são necessárias.

Nós votamos "sim".
